

POLÍTICAS DE ACCOUNTABILITY COMO ESTRATÉGIAS PARA CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO POR RESULTADOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA CEARENSE (2007-2016)

Felippe Gonçalves Valdevino

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

e-mail: felippevaldevino@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa de mestrado, cujo objeto de estudo são as políticas de *accountability* implementadas na educação pública cearense, entre 2007 e 2016. A pesquisa tem como objetivo geral: investigar como as políticas de *accountability* implementadas na educação pública cearense, no período de 2007 a 2016, induziram os municípios cearenses à adesão do modelo de gestão educacional pautada nos resultados do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE).

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico adotado na pesquisa é o materialismo histórico-dialético. Compreende-se a política educacional cearense dentro de um contexto de transformações nas relações sociais do capitalismo contemporâneo, do qual decorrem o neoliberalismo e a reforma dos Estados capitalistas. São categorias presentes na pesquisa os conceitos gramscianos de “Estado ampliado” e “Estado Educador”, “neoliberalismo de Terceira Via” (NEVES, 2005; MARTINS, 2007), “*accountability*” (FREITAS, 2012); e os papéis do Estado na sua ação educativa: a indução, a difusão e a criação de ambiência favorável à cultura da avaliação em larga escala (FREITAS, 2007).

METODOLOGIA

A investigação está sendo realizada através da pesquisa bibliográfica e da análise de documentos. Para a pesquisa bibliográfica, foram consultados no banco de dissertações e teses da CAPES e nos periódicos e livros publicados na área da educação, trabalhos que discutem os temas da reforma educacional, no Brasil e no Ceará, o modelo gerencial de gestão pública e as políticas de *accountability* educacional. Os principais autores utilizados para a análise do objeto de estudo foram Neves (2005), Martins (2007), Freitas (2007), Freitas (2012) e Nobre (2008). O corpus documental inclui a legislação cearense que versa sobre a reforma educacional e a

criação de políticas de premiação; os decretos e planos de governo; e os documentos produzidos pela Secretaria Estadual de Educação do Ceará (SEDUC-CE) e seus parceiros. Destaca-se na análise os documentos Ceará (2007, 2009, 2012).

RESULTADOS

Os dados coletados, até o presente momento da pesquisa, permitem estabelecer como marco temporal para o início das políticas de *accountability* educacional nas redes municipais de ensino do Ceará o ano de 2007, com a vinculação da distribuição da cota parte do ICMS aos resultados do SPAECE do 2º e 5º anos do Ensino Fundamental. No mesmo ano, tinha início a gestão de Cid Gomes (PSB-CE) no governo do Estado, que instituiu por meio da lei nº13.875, de 07 de fevereiro de 2007, a Gestão por Resultados (GpR), como um dos princípios que deveria nortear a administração do Poder Executivo estadual, e o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), através da lei 14.371, de 19 de junho de 2009.

O objetivo do PAIC consiste na alfabetização de crianças até os 08 anos de idade, portanto, sua ação concentra-se no anos iniciais do Ensino Fundamental, etapa cuja responsabilidade está sob o encargo dos municípios cearenses. Dessa forma, a implementação do PAIC implicou uma maior interferência do governo estadual sobre políticas educacionais desenvolvidos pelas gestões municipais. Um exemplo foi a criação do Prêmio Escola Nota Dez, em 2009, classificado pelo governo cearense como uma política de incentivo à melhoria dos índices de desempenho das escolas públicas municipais do SPAECE.

Este conjunto de iniciativas governamentais caracterizam a adoção de políticas de *accountability* educacional, compostas pela aplicação de testes em larga escala e a divulgação pública dos seus resultados como parâmetro para a premiação e/ou punição de agentes públicos (FREITAS, 2012). Tais políticas, executadas a partir de uma nova configuração na relação entre o governo estadual e os municípios cearenses, orientada pelas ações do PAIC, configuram-se como estratégias do poder executivo na indução, difusão e criação de ambiência favorável (FREITAS, 2007) nos municípios para o modelo de gestão pública baseado em resultados.

REFERÊNCIAS

CEARÁ, Secretaria de Educação. **Regime de colaboração para a garantia do direito à aprendizagem: o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC)**. Secretaria de Educação, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Fortaleza: SEDUC, 2012.

_____. Lei nº 14.023 de 17 de dezembro de 2007. Modifica a lei nº 12.612/1996 e define os critérios para a distribuição da parcela da receita do produto e arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) pertencente aos municípios. Diário Oficial do Estado. Fortaleza-CE. 19 dez 2007.

_____. Lei nº 14.371 de 19 de junho de 2009. Cria o Prêmio Escola Nota Dez, destinado a premiar as escolas públicas com melhor resultado no índice de desempenho escolar alfabetização (IDE-alfa), e dá outras providências. Diário Oficial do Estado. Fortaleza-CE. Caderno 1/2. Série 3. Ano I. Nº 111. 19 jun. 2009.

FREITAS, Dirce Ney Teixeira de. **A avaliação da educação básica no Brasil:** dimensão normativa, pedagógica e educativa. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

FREITAS, Luiz Carlos. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas: CEDES, v. 33, n.119, p. 353-377, abr./jun. 2012.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. v. 3. 6ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2014.

MARTINS, André Silva. *Burguesia e a nova sociabilidade: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo*. 2007. 284 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Faculdade de Educação, Niterói, 2007.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia:** estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo, SP: Xamã, 2005.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. *Modernização do atraso: a hegemonia burguesa do CIC e as alianças eleitorais da “Era Tasso”*. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará (UFC), 2008. 324p.